A common law em inglês: contratos, tribunais e serviços jurídicos: resumo

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura recebeu o direito inglês por meio da Carta de 1826 e da Civil Law Ordinance de 1878 e depois deu à sua common law uma base fixa e soberana por meio do Application of English Law Act 1993 e da abolição dos recursos ao Privy Council com efeitos a partir de 8 de abril de 1994. Desde o Practice Statement de julho de 1994, a Court of Appeal desenvolve uma common law de Singapura que permanece próxima do direito inglês, responde às circunstâncias locais e protege os contratos existentes. O direito de Singapura tornou-se uma escolha habitual nos contratos regionais, regendo mais da metade dos casos submetidos ao SIAC em 2023 e 2025, e é oferecido em conjunto com a arbitragem em Singapura, o SICC e a execução por meio das Convenções de Nova York e da Haia. Uma advocacia local unificada de cerca de 6.500 advogados, três faculdades de direito e uma abertura regulada aos escritórios estrangeiros por meio do regime QFLP desde 2008 transformaram os serviços jurídicos em um setor exportador, com S$ 1,40 bilhão de exportações em 2023. Em comparação com o direito suíço, que atrai as partes pela neutralidade codificada e por seus vínculos com a Europa, o direito de Singapura

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

atrai as partes que desejam uma common law aplicada em inglês dentro da Ásia. Assim, os dois centros atendem a clientes diferentes e se encontram sobretudo no trading de commodities e na gestão de patrimônios privados.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com